

Protocolo 5- 16.647/2022

De: Renata R. - SDSC

Para: GP-APP-SEC CONV - Seção de Controle de Contratos e Convênios

Data: 01/12/2022 às 11:15:50

Setores envolvidos:

GP-APP-SEC CONV, GP-SPG, SDSC, SDSC-DAS, SDSC-DAS-SEVPSE, SDSC-CCM, SDSC-SAFDS, SDSC-SEC

Protocolo

Em tempo, encaminho Plano de Trabalho e Declaração de Dispensa de Chamamento Público.

—
Renata Lucia Varise Ribeiro Rosa
Chefe de Divisão de Assistência Social

Anexos:

Dispensa_de_Chamamento_Publico.pdf

PLANO_DE_TRABALHO_PARA_2023_REAMAR.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA

“A CAPITAL NACIONAL DA CERÂMICA ARTÍSTICA E DA DECORAÇÃO”

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Protocolo nº 16.647 / 2022.

Referência: Justificativa para Dispensa de Chamamento Público para parceria de Termo de Fomento com a Associação de Assistência ao Menor “Fonte de Água Viva”.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Prefeitura de Porto Ferreira, representada pelo Senhor Prefeito Rômulo Luís de Lima Ripa, no uso de suas atribuições legais, torna público a **Dispensa de Chamamento Público** para celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil – OSC, mediante Termo de Fomento, para repasse de recursos para Associação de Assistência ao Menor “Fonte de Água Viva” inscrita no CNPJ nº 57.519.654/0001/43.

Considerando que, no inciso VI, artigo 30 da Lei Federal 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015, o processo de dispensa da realização de Chamamento Público se justifica, com base nas atividades realizadas que são vinculadas a serviços ou atividades voltadas a assistência social.

Considerando que, a parceria ora proposta, contemplará a continuidade no acolhimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos incompletos, o qual a Entidade vem realizando desde o ano de 2019.

Considerando que, até o presente momento, a Entidade cumpriu satisfatoriamente e com grande zelo as necessidades assistenciais.

Considerando que, o plano de trabalho é condizente com os objetivos buscados pelas políticas de assistência social e atendimento dessa Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e Município de Porto Ferreira.

Considerando ainda que, a Entidade está em regular funcionamento e devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social sob o nº 7 de 10/06/2019 e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sob o nº30 de 17/07/2019.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CNPJ: 45.339.363/0001-94

Av. Eng. Nicolau de Vergueiro Forjaz, nº 729 – Centro – Porto Ferreira, SP – CEP: 13660-005

Fone: (19) 3585-6353

www.portoferreira.sp.gov.br | mileni.varisi@portoferreira.sp.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA

“A CAPITAL NACIONAL DA CERÂMICA ARTÍSTICA E DA DECORAÇÃO”

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

Notifica-se, assim, da **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO** a todos os interessados, uma vez que, a oferta dos serviços sociais pode ser executada em parceria com as Organizações da Sociedade Civil, para que os serviços sejam de ação continuada e ininterrupta.

Em observância ao artigo 32, § 1º, da referida Lei destaca-se:

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no **caput** deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Porto Ferreira, _____ de _____ de 2022.

RÔMULO LUÍS DE LIMA RIPÀ
Prefeito Municipal

Mileni Maria Arantes Varisi
Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

CNPJ: 45.339.363/0001-94

Av. Eng. Nicolau de Vergueiro Forjaz, nº 729 – Centro – Porto Ferreira, SP – CEP: 13660-005

Fone: (19) 3585-6353

www.portoferreira.sp.gov.br | mileni.varisi@portoferreira.sp.gov.br





PLANO DE TRABALHO 2023

INTRODUÇÃO

O presente plano de trabalho se destina à execução de serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na modalidade Abrigo Institucional para crianças e adolescentes de zero a 18 anos incompletos para o exercício de 2023.

1 - DADOS CADASTRAIS

a) Entidade

| | | | |
|---|---|--|--|
| <i>Órgão/Entidade Proponente</i> Associação de Assistência ao Menor “Fonte de Água Viva” | | | |
| <i>CNPJ</i> 57.519.654/0001-43 | | | |
| <i>Atividade Econômica Principal (a mesma descrita no CNPJ)</i> Atividade Econômica Principal: 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais Atividades Econômicas Secundárias: 94.93-6-00- Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte | | | |
| <i>Endereço</i> Rua Ositha Sigrist Pongeluppi, nº 677 - Bairro Morumbi | | | |
| <i>Cidade</i> Paulínia | | | <i>UF</i> SP |
| <i>CEP</i> 13140-751 | <i>DDD/Telefone</i> (19) 97415.1988 | | <i>E-mail</i> casadomenor@terra.com.br |
| <i>Banco</i> 001 | <i>Agência</i> 2417-1 | <i>Conta Corrente</i> 56.050-2 | <i>Praça de Pagamento</i> PORTO FERREIRA |

(*) Declaramos que esta Conta corrente será exclusiva para o recebimento do recurso.

b) Responsáveis

| | | |
|--|----------------------------------|---|
| <i>Responsável pela Instituição</i> Andressa Renata Pértile Branco | | |
| <i>CPF</i> 281.277.208-52 | <i>RG</i> 30.611.270-X | <i>Órgão Expedidor</i> SSP/SP |
| <i>Cargo</i> Presidente | | <i>Função</i> Presidente |
| <i>Endereço</i> Av. Armelinda Pádula Pietrobom, nº 174 – Jardim Itapoã – Paulínia/SP – 13140-248 | | |
| <i>E-mail</i> : andressabranco@yahoo.com.br | | |



2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Serviço de acolhimento institucional provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e/ou social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de exercer sua função de cuidado e proteção, modalidade Abrigo Institucional.

3 - LOCAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO

| | | |
|---|--|---|
| <i>Endereço</i> Rua João Colussi, nº 252 - Bairro Estância dos Granjeiros | | |
| <i>Cidade</i> Porto Ferreira | | <i>UF</i> SP |
| <i>CEP</i> 13662-108 | <i>DDD/Telefone</i> (19) 3585-4669 | <i>E-mail</i> casareamardeportoferreira@gmail.com |

4 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

| Espécie de Custos | Percentual | Valor mensal (*) |
|-------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Custos Fixos e Indiretos | 34,06% | 20.440,00 |
| Pessoal | 44,85% | 26.910,00 |
| Encargos Sociais e Benefícios | 21,09% | 12.650,00 |
| Total Mês | | 60.000,00 |

5 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

| | | |
|--|----------------------------|----------------------|
| Título do projeto | Período da execução | |
| | Início | Término |
| SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | Janeiro/2023 | Dezembro/2023 |
| Identificação do objeto Acolhimento institucional provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e/ou social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de exercer sua função de cuidado e proteção. | | |
| Público alvo Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, afastados do convívio familiar por determinação judicial | | |
| Capacidade de atendimento: até 20 crianças e adolescentes. | | |



Justificativa

A atenção às crianças e adolescentes passou por grandes avanços no decorrer do século XX, desde a concepção de criança, seus papéis na sociedade e principalmente no campo jurídico. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e através da luta dos movimentos sociais pela cidadania, processaram-se as primeiras organizações em busca de políticas públicas que assegurassem a implementação dos direitos sociais.

A promulgação da Lei nº8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, baseada na doutrina da proteção integral, representou um marco na sociedade brasileira ao considerar as crianças e os adolescentes como sujeito de direitos, destinatários de prioridade absoluta e em condição peculiar de desenvolvimento.

O Serviço de Acolhimento Institucional compõe os Serviços da Proteção Social de Alta Complexidade da Política de Assistência Social. Trata-se do acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em função de abandono ou cujas famílias encontrem-se impossibilitados de cumprir sua função protetiva.

As normativas que regem a atenção à crianças e adolescentes, listadas à baixo, fazem parte de um amplo processo histórico de lutas e organização, nas quais possibilitar e ofertar condições de acesso de crianças e adolescente às políticas públicas setoriais representam um compromisso ético na efetivação dos princípios e diretrizes:

- Constituição Federal de 1988;
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS;
- Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - CONANDA/2006;
- Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes- Brasília, junho de 2009;
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, organizados em níveis de Proteção Social Básica e Especial;
- Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 06, de 14 de março de 2012.

Em consonância com os documentos elencados, evidencia-se a necessidade de um serviço acolhedor, que atenda as reais necessidades de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar, provisória e excepcionalmente, respeitando sua dignidade e condição peculiar de desenvolvimento.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar as seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social, nas quais devem ser garantidas às crianças e ao adolescente:



Segurança de Acolhida:

- Ser acolhido em condições de dignidade;
- Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas;
- Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;
- Ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais;
- Ter ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente.

Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social:

- Ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos;
- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.

Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social:

- Ter endereço institucional para utilização como referência;
- Ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Ter acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades;
- Ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autosustentação e independência;
- Ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão;
- Ter acesso a espaços próprios e personalizados;

Objetivos Gerais

Acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente em situação de risco pessoal e social e de abandono.



Objetivos Específicos

- Reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, que demandaram esta modalidade de atendimento;
- Buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário;
- Possibilitar a convivência comunitária.
- Construir o Plano Individual de Atendimento (PIA) em conjunto (família, criança e ou adolescente).
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas para garantir o desenvolvimento integral da criança, adolescente e de suas famílias;
- Favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que as crianças e adolescentes façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a ensino regular e profissionalizante, a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades da criança e adolescente;
- Contribuir para a colocação em família substituta, sempre que houver a impossibilidade do reestabelecimento e/ou a preservação de vínculos com a família de origem/extensa.
- Desenvolver com os adolescentes, condições para a independência e o autocuidado.

Metodologia:

O serviço de Acolhimento de crianças e adolescentes fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Provisoriedade;
- Excepcionalidade;
- Garantia ao acesso e respeito à diversidade e não-discriminação;
- Oferta de atendimento personalizado e individualizado;
- Garantia e liberdade de crença e religião e respeito e autonomia.

A oferta do serviço deve garantir um ambiente acolhedor que favoreça o desenvolvimento integral, a superação de vivências de separação e violência, a apropriação e ressignificação da história de vida e o fortalecimento da cidadania, autonomia e inserção social das crianças e adolescentes.

Para tanto, faz-se necessária a utilização de metodologia e parâmetros de funcionamento previamente estabelecidos, com vistas a nortear e organizar o serviço desenvolvido. Dessa forma, em respeito as normas vigentes, a instituição responsável pelo atendimento as crianças e



adolescentes acolhidas deve ter como base o seguinte:

- Construção e apresentação de seu Projeto Político Pedagógico;
- Articulação com a rede intersetorial e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Promoção da formação continuada de todos os trabalhadores do serviço.

Ressalta-se a importância da manutenção de aspecto semelhante ao de uma residência, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Nesse sentido, é imprescindível que a individualidade e história de vida de cada criança e adolescente seja respeitada, através da preservação da intimidade e privacidade, favorecendo a formação da identidade, inclusive com registros fotográficos e reconhecimento do “meu, seu e nosso”.

A organização da vida cotidiana das crianças e adolescentes acolhidos, deve primar pela constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação de referência, de modo que o mesmo cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária, da criança e do adolescente, assim como da instituição.

Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento ou nomenclaturas que remetam a aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários.

Para melhor aprofundamento e organização do trabalho a ser desenvolvido, ressalta-se o conhecimento e a utilização das orientações e normas vigentes:

- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- Norma Operacional Básica – NOB/RH/SUAS;
- Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011;
- Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes

Trabalho Social

- Acolhida/Recepção;
- Escuta;
- Adoção de metodologia de trabalho com as famílias por meio de: entrevistas, visitas domiciliares, reconhecimento dos recursos do território e apropriação dos mesmos pelas famílias;
- Construção do Plano Individual de Atendimento (PIA);
- Orientação individual/grupal e familiar sistemática;
- Estudos em parceria com CRAS/CREAS
- Articulação com serviços locais;



- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos;
- Fortalecimento da função protetiva da família;
- Identificação e encaminhamento das famílias que possuam perfil para inserção em programas de transferência de renda;
- Trabalho que assegure a convivência familiar e comunitária;
- Orientação para acesso à documentação pessoal;
- Articulação com os serviços de outras políticas públicas; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Trabalho com vistas ao desacolhimento desde o momento do acolhimento;
- Referência e contra referência;
- Elaboração de relatórios e manutenção de prontuários.

Trabalho Socioeducativo

- Orientação para o desenvolvimento de hábitos de saúde e higiene corporal;
- Desenvolvimento de atividades externas (lúdicas e educativas);
- Realização de trabalho socioeducativo com as famílias com o objetivo de fortalecer o grupo familiar para o exercício de suas funções de proteção, ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia visando a reintegração familiar;
- Ações de cuidados e ações psicopedagógicas, levando em conta a faixa etária da criança e do adolescente;
- Produção de Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para autonomia;
- Preparação para o desligamento do jovem inserindo-o em programas de qualificação profissional, bem como a inserção no mercado de trabalho, orientando-o na administração de sua renda;
- Participação das ações do cotidiano da casa e responsabilização pelo cuidado do espaço físico, organização dos seus pertences e outros aprendizados do espaço doméstico;
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana.

Aquisições dos Usuários

- Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
- Ter acesso a um ambiente acolhedor e espaços reservados à manutenção da privacidade do usuário;
- Ter reparado ou minimizado os danos por vivências de violência e abusos;



- Ter sua Identidade, integridade e história de vidas preservadas;
- Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades e inserção e permanência na rede de ensino;
- Receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Conhecer seus direitos e como acessá-los;
- Ter oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir;
- Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- Ter espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptada as necessidades específicas.

Formas de acesso:

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar, sendo que neste último a autoridade competente deverá ser comunicada conforme previsto no art. 93 da Lei Federal 8.069/90 - ECA.

Período de Funcionamento: Ininterrupto, 24 horas diárias.

Provisões institucionais, físicas e materiais:

Ambiente físico:

Espaço com características residenciais composto por sala de estar/convivência; sala de jantar/refeitório; cozinha; área de serviço/lavanderia; dormitórios em número suficiente e adequado para acolhimento de bebês, crianças e adolescentes com separação de gênero; sala para guarda de pertences; banheiros adequados para atendimentos de crianças e adolescentes e pessoa com deficiência. Acessibilidade em todos os ambientes de acordo com as normas da ABNT; Espaços específicos para atividades técnico administrativas (sala da coordenação, sala para equipe técnica, sala para atividades/reuniões, arquivo).

Recursos materiais: Material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computador, impressora, telefone, camas, colchões, roupa de cama e banho, utensílios para cozinha, material de limpeza e higiene, vestuário,



brinquedos, entre outros. Materiais pedagógicos, culturais e esportivos e alimentação.

Outros Recursos: Banco de Dados dos usuários do serviço; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais.

6 - RECURSOS HUMANOS

| Qtde | Função | Requisitos Mínimos | Atribuições | Carga horária |
|------|-------------------|---|---|---------------|
| 01 | Coordenador (a) | Nível superior completo, conforme categorias profissionais descritas na Resolução CNAS nº17/2011. Conhecimentos: gestão de projetos sociais; trabalho em rede; crianças e adolescentes em situação de risco; seleção e desenvolvimento de Recursos Humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC; Sistema de Justiça; e Sistema de Garantia de Direitos. | Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade; Elaborar em conjunto com a equipe técnica o Projeto Político Pedagógico; Participar da elaboração, do acompanhamento, da implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias; Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Proporcionar a formação continuada semanal para os cuidadores; Proporcionar a escuta qualificada individual junto aos cuidadores. | 44h |
| 01 | Assistente Social | Nível superior completo em Serviço Social com registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social. Conhecimentos: violência e exclusão social, crianças e adolescentes em situação de risco, separações, vinculações, dependência química; desenvolvimento infanto-juvenil; seleção e desenvolvimento de Recursos Humanos; atendimento a criança, adolescente e família; atendimento em grupo; | Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Atendimento familiar, individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos; Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; Elaborar em conjunto com a coordenação o Projeto Político Pedagógico; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada dos cuidadores, reuniões de equipe, | 30h |



| | | | | |
|----|-------------------------|---|---|-----|
| | | trabalho em rede; acesso a serviços, programas e benefícios; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC; Sistema de Justiça; e Sistema de Garantia de Direitos. | estudos de casos, e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos. | |
| 01 | Psicólogo (a) | Nível superior completo em Psicologia com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia. Conhecimentos: violência e exclusão social, crianças e adolescentes em situação de risco, separações, vinculações, dependência química; desenvolvimento infanto-juvenil; seleção e desenvolvimento de Recursos Humanos; atendimento a criança, adolescente e família; atendimento em grupo; trabalho em rede; acesso a serviços, programas e benefícios; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Sistema Único de Assistência Social – SUAS; e Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC; Sistema de Justiça; e Sistema de Garantia de Direitos. | Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Atendimento familiar, individual e grupal, visitas domiciliares, encaminhamentos; Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas; Elaborar em conjunto com a coordenação o Projeto Político Pedagógico; Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho; Participação das atividades de capacitação e formação continuada dos cuidadores, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas; Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos. | 44h |
| 01 | Encarregado de Serviços | Escolaridade mínima: nível Técnico completo ou ensino Superior de Área de Humanas ou equivalente. Conhecimento sobre rotinas administrativas; | Organiza e distribui serviços para a equipe Operacional. Executa serviços gerais de escritório, tais como a classificação de documentos e correspondência, transcrição de dados, lançamentos contábeis | 44h |



| | | | | |
|----|---|--|---|-----|
| | | Domínio de informática e internet; Desejável conhecimento sobre gestão documental. Com CNH categoria D | e/ou cadastrais, redação de documentos, prestação de informações, arquivo, digitação em geral e atendimento ao público. Transportar a equipe de referência, cuidadores, crianças e adolescentes acolhidas. | |
| 07 | Auxiliar de Cuidador (a) Social, sendo: 03 para o dia e 04 para a noite Em turno de revezamento 12X36, isso significa que ficam 2 funcionários por turno. | Ensino Médio. Conhecimentos: cuidados com crianças e adolescentes; noções sobre desenvolvimento infanto-juvenil; noções sobre Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC; Sistema de Justiça; e Sistema de Garantia de Direitos. | Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária, higiene, alimentação e organização do ambiente e limpeza; Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima; Recepcionar as crianças e adolescentes possibilitando uma ambiência acolhedora; Identificar as necessidades e demandas dos usuários; Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; Apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas e de lazer; Desenvolver atividades recreativas e lúdicas; Potencializar a convivência familiar e comunitária; Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; Apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; Apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias; Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado. Cuidar da organização dos ambientes, limpeza e orientação aos acolhidos para apoio à rotina diária do acolhimento. Preparação da alimentação; | 44h |



| | | | | |
|-----------|---------------------|---|---|-----|
| | | | manutenção e limpeza do ambiente da cozinha; e orientação aos adolescentes sobre a preparação dos alimentos. Executar serviços de arrumação, conservação e limpeza dos espaços do Abrigo, lavar e passar roupas. | |
| 01 | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental, desejável possuir experiências em serviços de limpeza em Serviços de Acolhimento, e ou escolas, internatos de crianças e adolescentes, Fundação Casa e ou escolas de crianças e adolescentes. | Execução dos serviços de arrumação, conservação e limpeza dos espaços do Abrigo; Lavar e passar roupas. | 44h |
| 01 | Cozinheira | Ensino Fundamental, desejável possuir experiências em cozinha de serviços de acolhimento, e ou escolas, internatos de crianças e adolescentes, Fundação Casa e ou escolas de crianças e adolescentes. | Executar as atividades relacionadas ao preparo das refeições, acompanhar a evolução dos cozinhados, executar preparações culinárias simples, fazer o cozimento de legumes, verduras e frutas, preparar sobremesas, doces, lanches e saladas, preparar carnes, aves e peixes e etc., bem como cuidar a organização, arrumação e limpeza da cozinha, e conservação dos alimentos. | 44h |
| 13 | TOTAL | | | |

Item a) será admitido a contratação dos serviços de Assessoria Técnica-Administrativa, que prestará no âmbito do plano de trabalho, ofertando capacitação continuada à equipe, e tendo responsabilidade assegurar a execução do plano de trabalho, e as relações assessórias junto ao Gestor do Contrato e Órgãos que se fizerem necessários

Item b) a contratação dos profissionais será via CLT e ou MEI e ou ME.

Item c) o número de profissionais fixados poderá ser alterado, desde que não haja alteração no valor pactuado.

7 - OUTRO RECURSOS MATERIAIS

1. O Serviço deverá contar com um veículo, que servirá para o transporte dos Acolhidos e dos Operadores do Serviço, do Abrigo até aos equipamentos da Assistência Social,



Saúde, Educação, Esportes, Cultura, Judiciário e outros, à suprir as demandas, o qual poderá ser locado de pessoa jurídica ou física.

2. Outros materiais de consumo: material de escritório, material didático, material de higiene e limpeza, cama/mesa/banho, vestuário/calçados/acessórios, gás, farmácia.
3. Outros serviços terceiros: manutenções em geral de imóvel, móvel e equipamento, serviços contábeis, monitoramento, assessoria técnica-administrativa, seleção e capacitação de pessoal.
4. Outras despesas: materiais para as manutenções, viagem/transporte, despesas de postagem, despesas com locomoções.

8 - CRONOGRAMA DE DESPESAS EXERCÍCIO 2023

→ Planilha anexa.

9- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

EXERCÍCIO DE 2023

| 1º mês | 2º mês | 3º mês | 4º mês | 5º mês | 6º mês |
|---------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 |
| 7º mês | 8º mês | 9º mês | 10º mês | 11º mês | 12º mês |
| R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 |
| TOTAL | | | R\$ 720.000,00 | | |

Item a) fica autorizado o remanejamento de valores entre rubricas sem alteração do valor total pactuado (à ser incluído na cláusula 6ª do contrato – **DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS**).

Item b) O repasse da 1ª parcela deverá ocorrer em até 05 dias após a assinatura do contrato.

Item c) As demais parcelas deverão ser repassadas até o 5º dia útil de cada mês.

Item d) Sobre eventuais apontamento efetuados sobre as prestações de contas será garantido o princípio do contraditório e da ampla defesa a OSC Contratada.

10 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação serão realizados mediante análise do Plano de Trabalho, documentos norteadores do serviço e execução direta do mesmo. A Entidade se comprometerá a encaminhar mensalmente a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania:



- Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- Relatório de execução financeira com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania considerará, além da análise da execução física e financeira da organização da sociedade civil:

- Relatórios de visita técnica *in loco* durante a execução da parceria;
- Relatório Técnico de monitoramento e avaliação homologado pela Comissão de Avaliação e Monitoramento designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

11 - METAS - INDICADORES DE AVALIAÇÃO

1. Percentual de crianças e adolescentes desligados pelo retorno à família de origem ou família substituta durante o semestre

Meta: 25%.

2. Percentual médio de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que frequentam a rede pública de educação durante os meses do trimestre

Meta: 100%.

3. Percentual médio de adolescentes (15 a 17 anos) realizando cursos e/ou atividades profissionalizantes e/ou de preparação para o mundo do trabalho no trimestre

Meta: 100%.

4. Percentual médio de crianças e adolescentes, sem restrição judicial, que receberam visita familiar (nuclear e/ou extensa) durante o trimestre

Meta: 100%.

5. Percentual médio de famílias de crianças e adolescentes (nuclear e/ou extensa) acompanhadas durante o trimestre

Meta: 100%.

6. Percentual de famílias de crianças/adolescentes ingressantes no trimestre com perfil para PTR encaminhadas para os programas de transferência de renda no período.

Meta: 100%.

7. Nº de Atividades externas de natureza socioeducativa/lazer realizadas com as crianças e



Razão Social: **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR "FONTE DE ÁGUA VIVA"**

FUNDADA EM 01/10/1987

Registrada no Cartório Privativo Registro Pessoas Jurídicas - Campinas - SP - sob nº 5806 - 01/12/1987

Matriculada na Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - sob nº 4568 - 21/12/1989

Registrada no Conselho Nacional de Ação Social - sob nº 20002.003421/90-34 - 01/09/1993

Certificado Entidade de Fins Filantrópicos nº 28996.026266/95-16 - 02/06/1997

Órgão de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 1.232 de 10/11/1989

Cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Paulínia - sob nº 002/98 - 31/03/1998

Cadastrada no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Paulínia - sob nº 01/2002

Órgão de Utilidade Pública Federal - Decreto de 24/01/2000 - Publicado D.O.U 25/01/2000

R. OSITHA SIGRIST PONGELUPPI, 677 - BAIRRO MORUMBI - CEP 13140-751 - PAULÍNIA - SP

FONE: (19) 3874-2370 e-mail: casadomenor@terra.com.br

CNPJ 57.519.654/0001-43 - INSCR. MUNICIPAL 5.294 - INSCR. ESTADUAL ISENTO

adolescentes durante o trimestre

Meta: 3 ou mais (Deverá ser realizada ao menos uma atividade externa por mês).

8. Percentual de famílias de usuários, beneficiárias de PTR, que não cumpriram condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda durante o trimestre

Meta: 0%

Porto Ferreira, 21 de novembro de 2022

Dr.ª Andressa Renata Pértile Branco
Presidente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6CFF-C34A-A1D4-508D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MILENI MARIA ARANTES VARISI (CPF 261.XXX.XXX-50) em 01/12/2022 15:36:34 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ROMULO LUIS DE LIMA RIPA (CPF 350.XXX.XXX-33) em 05/12/2022 13:04:34 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portoferreira.1doc.com.br/verificacao/6CFF-C34A-A1D4-508D>